

Bolsonaro propõe Auxílio Brasil de R\$ 405 em 2023, mas promete R\$ 600

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Em primeiro lugar nos levantamentos eleitorais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem explorado a ausência dos R\$ 600 nas peças orçamentárias como um fator para desgastar Bolsonaro. BRASÍLIA - O governo Jair Bolsonaro (PL) apresentou nesta quarta-feira (31) sua proposta de Orçamento para 2023 com um benefício médio de R\$ 405 para o Auxílio Brasil, abaixo do piso de R\$ 600 a ser pago às famílias entre agosto e dezembro deste ano. Em meio à campanha eleitoral, a mensagem presidencial encaminhada junto com o projeto contém a promessa de Bolsonaro de buscar a retomada dos R\$ 600, mas sem detalhar como isso será feito. A inclusão dessa sinalização, tida por técnicos como inusual, foi a solução encontrada pela ala política do governo para tentar se antecipar às críticas de adversários, no momento em que o chefe do Executivo segue em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto. Em primeiro lugar nos levantamentos eleitorais, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem explorado a ausência dos R\$ 600 nas peças orçamentárias como um fator para desgastar Bolsonaro. A campanha petista também promete manter o benefício mínimo de R\$ 600. Além disso, a equipe de Lula anunciou nesta semana a intenção de pagar um adicional de R\$ 150 a crianças de zero a seis anos, como antecipou a Folha de S.Paulo. Do ponto de vista técnico, o governo precisa encaminhar o Orçamento seguindo as regras vigentes, entre elas o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à variação da inflação. Como não há espaço para acomodar o custo adicional de R\$ 52,5 bilhões decorrente da parcela extra de R\$ 200 em 2023, a proposta ficou de fora do texto. Foram reservados R\$ 105,7 bilhões para o programa Auxílio Brasil, o suficiente para bancar o piso de R\$ 400 a 21,6 milhões de famílias. Segundo o Ministério da Economia, o benefício médio ficará em R\$ 405,21. O governo poderia incluir a despesa condicionada à aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para alterar o limite de gastos, mas ainda não há uma proposta fechada nesse sentido. Além disso, protocolar uma PEC em meio à campanha eleitoral poderia deixar o presidente exposto a mais críticas. Na mensagem, o presidente se limita a dizer que "o Poder Executivo enviará esforços em busca de soluções jurídicas e de medidas orçamentárias que permitam a manutenção do referido valor no exercício de 2023, mediante o diálogo junto ao Congresso Nacional para o atendimento dessa prioridade". O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, confirmou que a ampliação permanente do Auxílio Brasil demandará uma mudança no teto, mas não deu detalhes de como isso será feito. "A regra atual do teto de gastos não comporta a despesa adicional de 52 bilhões. O presidente eleito vai ter todas as condições de sentar com o Congresso e fazer os ajustes", disse. Independentemente do desenho futuro da regra, ele fez uma defesa do modelo que mira no controle das despesas, variável sobre a qual o governo tem mais controle do que outras, como a arrecadação. "Não tem como abrir mão, no nosso entendimento, de uma regra de controle de despesa", disse o secretário, ressaltando que a definição virá do diálogo do presidente eleito com o Parlamento. Colnago disse ainda que, passada a eleição, o governo também buscará a aprovação no Congresso de uma fonte permanente de receitas para bancar o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600, como manda a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e sem o uso de subterfúgios que permitam afastar essa obrigação. "Em termos fiscais, vai ser uma despesa equilibrada", disse. Uma das possibilidades é usar a reforma do Imposto de Renda, que, entre outros pontos, retoma a tributação sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas. O secretário admitiu que a proposta aprovada na Câmara e que está parada no Senado foi concebida com espaço para ser a fonte de financiamento de uma ampliação menor do Auxílio Brasil, que hoje contempla mais famílias. "Se for compensar o Auxílio, aí teria que ter aumento líquido de carga no projeto do IR", reconheceu. Nesta terça-feira (30), Bolsonaro chegou a dizer que usaria o dinheiro da venda de estatais

para bancar a ampliação permanente do programa. Colnago, porém, reconheceu que as normas legais atuais não permitem essa utilização do dinheiro. "A receita de privatização hoje é utilizada para pagar dívida. Uma alteração no marco legal, e não estou falando que essa alteração será feita, eventualmente poderia permitir, mas teria que repensar o uso dessa receita", disse o secretário. Além disso, a arrecadação desses recursos não resolve o obstáculo do teto de gastos. Para os beneficiários do programa social, a fotografia da proposta de Orçamento indica que 2023 será o quarto ano seguido de incertezas sobre o valor disponível para a compra de alimentos e o pagamento de contas. Desde 2020, com o início da pandemia de Covid-19, as famílias brasileiras de baixa renda vivem em uma "montanha-russa da pobreza", como classificaram os pesquisadores Marcelo Neri e Marcos Hecksher em trabalho publicado pela FGV Social. O programa Auxílio Gás também terá uma queda no valor do benefício, de acordo com o que foi proposto no envio do Orçamento. Hoje, 5,7 milhões de famílias recebem R\$ 110 a cada dois meses, graças a um aumento temporário aprovado por meio da PEC das bondades. No projeto apresentado nesta quarta, as despesas reservadas para o Auxílio Gás somam R\$ 2,2 bilhões, o suficiente para pagar um benefício médio de R\$ 65,70 a cada bimestre para 5,7 milhões de famílias. Outras promessas de Bolsonaro também ficaram de fora do Orçamento, como a correção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física). O presidente já havia incluído esse compromisso em seu programa de governo na campanha eleitoral em 2018, mas ficou só no papel. Agora, ela foi renovada pelo presidente, que sinalizou a isenção de ganhos até cinco salários mínimos "durante a gestão 2023-2026". A Receita Federal já preparou um leque de cenários com mais de cem combinações de mudanças. As faixas salariais usadas para aplicar o desconto do Imposto de Renda estão congeladas desde 2015, o que, na prática, significa maior carga tributária para as famílias. Qualquer mudança, porém, significará perda de receitas para a União. O ministro Paulo Guedes (Economia) tem defendido a retomada do projeto de reforma do IR, que amplia a faixa de isenção para R\$ 2,5 mil de forma imediata, altera a tributação sobre empresas e retoma a cobrança de imposto sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, hoje isentos. "Ao longo dos últimos anos, os debates acerca da necessidade de avanços e ajustes no sistema tributário nacional amadureceram, de modo que se buscará construir consenso com o Parlamento e a sociedade para efetivação da reforma e a respectiva correção da tabela do imposto de renda", diz a mensagem presidencial. Por outro lado, a proposta apresentada pelo governo inclui a manutenção da desoneração de tributos federais sobre combustíveis, como mostrou a Folha de S.Paulo. A medida, adotada por Bolsonaro em meio à forte alta no preço de gasolina e diesel, significa abrir mão de R\$ 52,9 bilhões em receitas em 2023. A inclusão da desoneração no Orçamento também joga no colo de Lula qualquer eventual decisão de subir novamente os tributos, caso o petista vença as eleições e queira recompor as receitas federais. Também foram mantidas outras desonerações de tributos, de caráter geral ou setorial, com impacto de R\$ 27,2 bilhões. Ao todo, as desonerações somam R\$ 80,2 bilhões. Neste cenário, a previsão oficial do governo é que haja um déficit de R\$ 63,7 bilhões em 2023. Apesar disso, integrantes da equipe econômica são otimistas quanto à possibilidade de manter o bom desempenho da arrecadação no ano que vem, reduzindo o rombo nas contas. "Estamos sendo prudentes na aferição das receitas", disse Colnago. Segundo ele, a previsão de arrecadação com concessões, por exemplo, contempla apenas receitas de leilões já realizados. Por isso, a avaliação é de que há espaço para um resultado melhor nas finanças do país.

PRINCIPAIS PONTOS DO ORÇAMENTO

Auxílio Brasil Foi previsto com pagamento mínimo de R\$ 400, apesar de promessa de Bolsonaro por R\$ 600. Na mensagem que acompanha a proposta, governo diz que se esforçará no Congresso para acrescentar os R\$ 200.

Imposto de Renda Proposta não contempla reajuste da tabela do Imposto de Renda nem a ampliação da faixa de isenção, apesar das promessas de Bolsonaro feitas em 2018 e também neste ano. Governo diz que "buscará construir consenso com o Parlamento e a sociedade para efetivação da reforma e a respectiva correção da tabela".

Subsídio para combustíveis Texto prevê a continuidade do corte de tributos sobre combustíveis, implementado em 2022 para conter os preços nos postos. Serão R\$ 52,9 bi para a medida (sendo R\$ 34,3 bi para a redução de PIS/Cofins e Cide sobre gasolina, etanol e GNV; e R\$ 18,6 bi para desoneração de PIS/Cofins de combustível do setor produtivo (diesel, GLP, querosene de aviação, etc).

Reajuste para servidores Reserva de R\$ 14,2 bi para aumentos no funcionalismo (sendo R\$ 11,6 bi para o Executivo).

Resultado das contas Déficit estimado de R\$ 63,7 bi para o governo central (que inclui Tesouro, BC e Previdência) em 2023, mas governo afirma que resultado deve ser melhor do que isso.



Aplicativo do Auxilio Brasil, Vitória, ES. Crédito: Ricardo Medeiros

